



INSTITUTO FEDERAL  
Rio Grande do Sul

# PDI IFRS

## Plano de Desenvolvimento Institucional

2024-2028

### CAPÍTULO 12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

BENTO GONÇALVES  
2025



## SUMÁRIO

<b>12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>2</b>
12.1. Previsões e Planejamentos.....	3
12.2. Programa de Autoavaliação – PAIFRS.....	4
12.3. Instrumentos de Autoavaliação.....	5
12.3.1. Autoavaliação Institucional - Comunidade Interna.....	6
12.3.2. Autoavaliação do Curso.....	6
12.3.3. Autoavaliação Discente.....	6
12.3.4. Avaliação docente.....	7
12.3.5. Avaliação de egressos.....	7
12.3.6. Autoavaliação da Reitoria.....	7
12.3.7 Autoavaliação da Pós-graduação.....	7
12.4. Ações da Autoavaliação.....	7
12.5. Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).....	8
12.6. Avaliação do Processo de Criação do PDI.....	8
12.7. Meta-Avaliação.....	9

## 12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Em 2004, por meio da Lei nº 10.861, foi formalizado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Quatro anos depois, em 2008, a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, criou os Institutos Federais (IFs), incluindo o IFRS. Com o objetivo de assegurar uma educação de qualidade, conforme previsto na Lei do SINAES, foi criada em 2009 a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFRS.

Inicialmente, a CPA do IFRS adotou uma estrutura descentralizada, organizada em comissões locais, denominadas na época de Subcomissões Próprias de Avaliação (SPA). Posteriormente, a designação foi alterada para Comissão Própria de Avaliação Local (CPA-Local), buscando esclarecer o caráter unitário da CPA e reforçar sua estrutura não hierárquica.

A CPA-Central é composta por um membro de cada segmento que é escolhido entre os membros de todas as CPAs-Locais. Cada *campus* do IFRS constituirá a sua CPA-Local, nomeada por portaria da Direção-Geral de cada *campus*, e terá a seguinte composição:

- I. um representante do corpo docente do quadro efetivo e seu respectivo suplente;
- II. um representante do corpo técnico-administrativo do quadro efetivo e seu respectivo suplente;
- III. um representante da sociedade civil organizada e seu respectivo suplente;
- IV. um representante do corpo discente e seu respectivo suplente, desde que possua matrícula regular ativa e com frequência regimental.

Os membros da CPA, inovando e considerando os aspectos próprios do IFRS, optaram por utilizar a avaliação institucional interna de forma a analisar as informações não apenas do ensino superior, mas também dos cursos técnicos ofertados pela Instituição. O IFRS busca promover a verticalização do ensino, dos cursos técnicos à educação superior, contextualizada com as demandas do mundo do trabalho e da sociedade, oportunizando aos estudantes desenvolverem atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada entre os diversos níveis e modalidades de ensino. Ou seja, a hierarquização do conhecimento ou das modalidades de ensino são evitadas em prol de ensino de qualidade em todos os níveis e estes em consonância entre si.

A CPA definiu pela utilização dos seguintes instrumentos de avaliação interna para realizar o objetivo da mencionada Verticalização: Autoavaliação - Comunidade Interna, Autoavaliação do Curso, Autoavaliação Discente, Avaliação Pela Comunidade Externa,

Avaliação Docente, Autoavaliação da Pós-graduação e a Avaliação dos Egressos. Esses instrumentos são revisados com periodicidade trienal, sendo propostos e apresentados para a comunidade que tem ampla possibilidade para participar da construção dos instrumentos. Após a realização da avaliação, com periodicidade anual e/ou semestral, são produzidos relatórios: um por campus, contemplando a realidade local de maneira mais específica, e outro central, contemplando a realidade do IFRS como um todo e produzido pela CPA Central.

Além da autoavaliação realizada pela CPA, o Departamento de Avaliação Institucional, vinculado à PRODI, está redefinindo os objetivos do Programa de Autoavaliação Institucional do IFRS (PAIIFRS), criado em 2012. O PAIIFRS passa a ter como objetivo principal garantir a qualidade dos cursos nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão, em todos os níveis de oferta, tanto na modalidade presencial quanto a distância. Busca, ainda, consolidar na Instituição uma cultura de avaliação participativa, envolvendo toda a comunidade acadêmica nos processos avaliativos, e implementar uma política de avaliação que promova a transformação da educação profissional, científica e tecnológica.

Os objetivos específicos da Avaliação Institucional do IFRS são:

- fortalecer os processos de Avaliação Institucional (interna e externa), consolidando a identidade institucional, a missão, a visão e os valores;
- propiciar à comunidade acadêmica a autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios;
- contribuir para a transformação qualitativa dos cursos ofertados, a reorientação das práticas pedagógicas e maior eficiência na gestão da Instituição;
- colaborar para a transparência da Instituição em seus diversos níveis;
- contribuir com o Planejamento Estratégico do IFRS, fortalecendo as políticas institucionais, seu compromisso social e melhorando sua comunicação com a sociedade;
- criar um painel de indicadores que proporcionem à gestão ferramenta para a tomada de decisões.

### **12.1. Previsões e Planejamentos**

Seguindo o PAIIFRS, a Avaliação Institucional realizada no IFRS adota a perspectiva de contribuir diretamente com as propostas definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Para isso, os instrumentos utilizados nas avaliações da CPA e no Programa devem ser constantemente alinhados e revisados, garantindo que essa premissa seja mantida conforme o planejado.

Com base na meta-avaliação, os processos conduzidos pela Comissão devem ser monitorados e avaliados regularmente, assegurando que as metodologias aplicadas evoluam para atender às demandas da comunidade do IFRS. Por meio da análise dos resultados de pesquisas e avaliações anteriores, a CPA Central, em conjunto com suas Comissões Locais, deve propor melhorias em todas as áreas onde forem identificadas ineficiências.

De acordo com o Regimento Interno, a composição da comissão, tanto local quanto central, é renovada a cada três anos. Esse intervalo é contado a partir da publicação da portaria que formaliza a CPA. Além da rotatividade, os triênios das avaliações também pode ser ajustada conforme as Notas Técnicas do INEP, que estabelecem roteiros específicos de autoavaliação, resultando em possíveis ajustes nos instrumentos utilizados.

Anualmente, a CPA promove eventos para capacitar seus membros sobre a Avaliação Institucional. Durante esses encontros, temas como meta-avaliação são discutidos, permitindo a apresentação de propostas, projetos e ideias. Em 2018, a CPA organizou um evento direcionado a coordenadores de curso, diretores de ensino e outros membros interessados, com o objetivo de orientar os servidores na elaboração de instrumentos de autoavaliação.

A partir desse evento, a Comissão estruturou-se para desenvolver novos instrumentos de autoavaliação, projetados para atender à nova organização do PDI, cuja elaboração está alinhada ao trabalho da CPA. A atualização desses instrumentos pode levar a uma reorganização do PAIFRS, que deve descrever detalhadamente o processo de avaliação interna da Instituição.

## 12.2. Programa de Autoavaliação – PAIFRS

O desenvolvimento do PAIFRS foi conduzido de modo a estabelecer uma relação estreita com as dimensões definidas na Lei dos SINAES. Para isso, o roteiro do Relatório de Autoavaliação foi estruturado de forma a permitir que a CPA, tanto central quanto locais, registre de maneira mais reflexiva os processos efetivos realizados anualmente em relação a cada uma dessas dimensões.

O processo envolve a coleta de dados junto aos gestores do IFRS (Reitoria, Direções de *campus* e Coordenadores de cursos), a utilização de instrumentos *online*, bem como a aplicação de instrumentos *off-line* voltados para a avaliação pela comunidade externa.

Os resultados da autoavaliação, realizados anualmente, geram um relatório geral do IFRS e outro específico para cada campus. Os dados apresentados nesses relatórios são discutidos com os responsáveis pela gestão do IFRS, servindo como base para o

planejamento institucional do ano subsequente e sendo compartilhados com toda a comunidade escolar e acadêmica. Dessa forma, além de gerar significados relevantes, a autoavaliação contribui de maneira efetiva para o planejamento da gestão, abrangendo os seguintes indicadores:

- a Missão e o PDI;
- a Política para o ensino, a pesquisa, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, às bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- a Responsabilidade Social da Instituição, no que se refere ao desenvolvimento econômico e social, considera-se, especialmente, a sua contribuição em relação à inclusão social, à defesa dos direitos humanos, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- a Comunicação com a sociedade;
- as Políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- a Organização e Gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação universitária nos processos decisórios;
- a Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- o Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia de autoavaliação institucional;
- as Políticas de Atendimento a estudantes e egressos;
- a Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

### 12.3. Instrumentos de Autoavaliação

Os instrumentos de autoavaliação que compõem o PAIIFRS são disponibilizados on-line para a comunidade interna, por meio de um software desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da Instituição. Para a comunidade externa, os instrumentos são oferecidos no formato *off-line*, sendo enviados por correio eletrônico às famílias dos alunos e às instituições públicas e privadas parceiras. Quando necessário, também podem ser disponibilizados em formato físico.

Atualmente, os instrumentos utilizados pela comissão contemplam as áreas como avaliação interna e externa, de cursos, da Instituição, de egressos, de docentes,

pós-graduação e reitoria, havendo atualizações de instrumentos e áreas de acordo com os resultados obtidos por meio das avaliações e meta-avaliações, garantindo uma constante evolução do processo.

### **12.3.1. Autoavaliação Institucional - Comunidade Interna**

O instrumento de autoavaliação institucional foi implementado em 2010, através de instrumento on-line e conta com a participação de todos os segmentos da comunidade interna do IFRRS. O instrumento envolve a avaliação dos seguintes eixos:

- Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional;
- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional;
- Eixo 3 - Políticas Acadêmicas;
- Eixo 4 - Políticas de Gestão;
- Eixo 5 – Infraestrutura.

### **12.3.2. Autoavaliação do Curso**

O processo de autoavaliação dos cursos foi implementado em 2011. Inicialmente, a avaliação era realizada apenas pelos alunos, mas, a partir de 2012, passou a incluir a participação de docentes e técnicos administrativos.

O objetivo principal é permitir que a CPA colete dados que reflitam a percepção de toda a comunidade escolar e acadêmica envolvida nos cursos. Esses dados subsidiam análises sobre a qualidade dos processos acadêmicos relacionados à formação dos discentes, considerando diversas dimensões.

A autoavaliação visa, ainda, direcionar a tomada de decisões das instâncias acadêmicas e administrativas. Para isso, deve ser realizada com base no Plano de Desenvolvimento Institucional da instituição e no perfil desejado para o profissional e cidadão que os cursos se propõem a formar.

### **12.3.3. Autoavaliação Discente**

O instrumento de autoavaliação discente foi implementado em 2011. Ele prevê a participação do estudante, respondendo a questões que avaliam sua percepção em relação aos indicadores alinhados ao PPI que representam o perfil do egresso do IFRRS.

#### **12.3.4. Avaliação Docente**

O instrumento de avaliação docente foi implementado em 2012. Ele prevê a participação dos estudantes, respondendo a questões que avaliam a atuação docente em relação à implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão previstas no PPI.

#### **12.3.5. Avaliação de Egressos**

A avaliação de egressos foi implementada em 2012, com link específico para acesso desse público. O objetivo deste instrumento consiste em possibilitar a avaliação da inserção dos egressos do IFRS no mundo de trabalho, o impacto ao desenvolvimento regional, bem como monitorar sua necessidade de formação continuada, orientando o planejamento de eventos e cursos de extensão, além de monitorar as necessidades de reformulação dos currículos dos cursos técnicos e de graduação.

#### **12.3.6. Autoavaliação da Reitoria**

A autoavaliação da Reitoria foi implementada em 2016, tendo como seu público-alvo os servidores da Reitoria - lotados ou em exercício. O seu objetivo é mensurar as necessidades particulares da Reitoria. Para isso, foi construído junto à comunidade da Reitoria e a CPA um instrumento próprio que visa avaliar as especificidades da Reitoria e, assim, fornecer subsídios para aprimorar os trabalhos com finalidades e objetivos centrados na melhora da educação.

#### **12.3.7 Autoavaliação da Pós-graduação**

A Comissão Própria de Avaliação do IFRS conta com instrumento específico para a avaliação da Pós-Graduação elaborado em conjunto com a comunidade. Em especial, este instrumento conta com a contribuição da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação na sua formulação e aplicação. O relatório gerado, embora elaborado de modo paralelo do Relatório Final, é igualmente inserido no sistema e-Mec.

### **12.4. Ações da Autoavaliação**

O Relatório de Autoavaliação, elaborado pelas comissões locais e pela comissão central, é entregue até o início de março. Esses relatórios incluem, em seu conteúdo, as Ações de Superação, que são projetos desenvolvidos pela Comissão em conjunto com as

áreas responsáveis. Essas ações têm como objetivo corrigir deficiências ou aprimorar a qualidade dos processos institucionais.

Além das ações de superação, o relatório é também uma ferramenta de gestão para os responsáveis pelas áreas avaliadas. Os dados são considerados como base para a tomada de decisão e distribuição de esforços e são apresentados de maneira formal na forma de um documento entregue à gestão ou em uma apresentação do relatório final.

A realização e o registro das ações são de extrema importância para a CPA, pois consolidam a comissão perante os responsáveis pela gestão do IFRS, formalizando a parceria com vistas a alcançar a excelência no ensino.

### **12.5. Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**

Uma das atribuições da CPA, seguindo a Lei do SINAES, é o acompanhamento da aplicação do PDI. A autoavaliação realizada em todos os campi do IFRS auxilia nesse processo, trazendo questões pertinentes às metas e aos objetivos estratégicos definidos em cada Plano.

### **12.6. Avaliação do Processo de Criação do PDI**

A CPA, além de sua capacidade de avaliação geral, também é responsável por avaliar o processo de criação e acompanhamento do PDI. Esse processo inclui a participação da comunidade, a organização de comissões temáticas, a definição e cumprimento de cronogramas pelas comissões locais, entre outros aspectos que podem surgir ao longo do projeto.

Para realizar essa avaliação, a CPA Central adotou uma metodologia baseada na criação de um questionário, desenvolvido em conjunto com a Comissão Central do PDI. Esse questionário foi respondido pelas CPAs Locais, com o objetivo de avaliar os aspectos mencionados. As respostas, comentários e sugestões são enviadas diretamente à Comissão Central do PDI, responsável pela análise e utilização das informações para a melhoria dos próximos Planos.

Além do questionário direcionado às CPAs Locais, foi disponibilizado um formulário on-line para a comunidade. Esse instrumento buscou avaliar o nível de conhecimento dos servidores, estudantes e comunidade externa sobre o PDI, incluindo sua criação, calendários, reuniões e sugestões. O objetivo do formulário é complementar o questionário das CPAs Locais, oferecendo um volume maior de dados para que o próximo PDI seja desenvolvido com mais eficácia e participação.

## 12.7. Meta-Avaliação

Conceituada como a "avaliação da avaliação", a meta-avaliação tem como objetivo qualificar os processos avaliativos. Por meio dela, busca-se obter informações sobre a utilidade, a praticidade, a ética e a adequação técnica da avaliação realizada, identificando os pontos fortes e fracos das práticas avaliativas no âmbito do IFRS.



---

Emitido em 28/03/2025

**ANEXO DE RESOLUÇÃO Nº 11/2025 - CONSUP-REI (11.01.01.01.05)**  
(Nº do Documento: 9)

(Nº do Protocolo: **NÃO PROTOCOLADO**)

*(Assinado digitalmente em 28/03/2025 12:15 )*

JULIO XANDRO HECK

REITOR

IFRS / REI (11.01.01)

Matrícula: ###427#7

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifrs.edu.br/documentos/> informando seu número: **9**  
, ano: **2025**, tipo: **ANEXO DE RESOLUÇÃO**, data de emissão: **28/03/2025** e o código de verificação: **dd9577177d**